

**Candido Malta Campos Neto**

Urbanista, professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rua da Consolação, 930, CEP 01302-907, Consolação, São Paulo, SP, [candido@mackenzie.com.br](mailto:candido@mackenzie.com.br)

1. Resenha: Maia Costa, L. A. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Carlos: RiMa; São Paulo: Fapesp, 2003.

Muito mais do que um livro (sua obra etnográfica), uma cidade (no Vale do Paranapanema) ou uma rua (no bairro de Pinheiros, em São Paulo): é assim que o autor nos apresenta a figura de Theodoro Sampaio (1855-1937), engenheiro baiano que a despeito de sua origem humilde, filho de um padre e uma escrava, tornou-se importante protagonista dos debates técnicos e científicos na virada do século XIX para o XX; e pioneiro no que se refere ao pensamento e à intervenção sobre o território e a cidade – atuação hoje pouco lembrada, mas que marcou sua permanência em São Paulo entre 1886 e 1903 e constitui o objeto do estudo em pauta.

Nos últimos anos a historiografia do urbanismo moderno no Brasil tem sido enriquecida com uma série de pesquisas, teses e dissertações cuja divulgação para um público mais amplo é sempre bem-vinda. Neste caso, o tema envolve uma figura célebre cuja participação em debates sobre questões de relevância urbanística, e nos esforços de modernização do espaço urbano em São Paulo, era até então pouco conhecida. Theodoro Sampaio inscreve-se assim na geração pioneira de Saturnino de Brito e Victor Freire, embora não reproduza a intensa inserção destes últimos na discussão e prática do urbanismo, já que este não figurava entre seus interesses principais. Não obstante, a questão territorial e urbana marcou toda uma faceta de sua obra, aqui revelada por Luiz Augusto Maia Costa.

Ao partir de uma trajetória individual e de reconstituir o ponto de vista de um dos técnicos mais brilhantes da época, o livro ganha sabor especial; ao mesmo tempo, atrela o desenvolvimento do texto àquilo que integrou as atividades e escritos de Sampaio, os quais, contudo, abarcam alguns dos principais pontos envolvidos à época na transformação do ambiente material, com destaque para a ocupação

do território e para o saneamento urbano. Dessa maneira, a figura do engenheiro baiano pode iluminar muitas das concepções, motivações e contradições presentes naquele processo.

A produção de Theodoro Sampaio é imensa e engloba campos como a história, a geografia, a antropologia e a lingüística. Insere-se nas campanhas patrocinadas de investigação do interior brasileiro, desde o Segundo Reinado, com vistas à domesticação e exploração econômica de um território até então quase ignoto, e nos esforços de construção da nacionalidade a partir do mapeamento de nossas raízes geográficas, étnicas, históricas e culturais. É assim que ganha corpo sua participação nos corpos técnicos que, empregados por setores “esclarecidos” da elite dirigente, dedicaram-se desde o último quartel dos oitocentos a traçar as bases para a modernização do País. E é nesse sentido que pode ser compreendida sua carreira a serviço do regime oligárquico paulista, inicialmente como engenheiro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, chefiada por Orville Derby, e em seguida como integrante do setor de saneamento do governo estadual, passagens que fornecem o material para o instigante trabalho do autor.

A partir de extenso levantamento – realizado em grande parte no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, dirigido por Theodoro Sampaio de 1922 a 1936, tendo herdado seus manuscritos e diário –, Maia Costa monta uma preciosa análise em torno da experiência de um cientista e engenheiro no quadro das políticas modernizadoras esboçadas nos últimos anos do século XIX, realçando seu papel enquanto articulador de elementos de planejamento indispensáveis à ocupação do extremo oeste paulista e às campanhas sanitárias que embasavam naquele momento a intervenção oficial sobre o espaço urbano.

O livro é o resultado de uma dissertação de mestrado defendida na FAUUSP em 2001, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Maria Lucia Caira Gitahy. Não obstante, traz embutida uma tese, recorrente ao longo do texto: a de que a atuação de Teodoro Sampaio expressava a presença de um “plano” inerente às intenções de exploração do território e de modernos projetos de remodelação da cidade, todos inseridos na montagem do complexo agroexportador cafeeiro, o qual exigia ações planejadas, principalmente nos campos das infra-estruturas de transporte e saneamento. Para isso eram mobilizadas pesquisas científicas, geográficas e geológicas, enquanto fonte de conhecimentos necessários à integração dos sertões ao esquema produtivo primário-exportador, nos termos impostos pela divisão internacional do trabalho a partir da Segunda Revolução Industrial.

Alguns dos primeiros passos importantes nesse sentido envolveram a criação da Comissão Geológica do Brasil, em 1875, e da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em 1886 – além da Comissão Hidráulica do Império, em 1879, da qual iria derivar a Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, em 1883, as três últimas integradas por Teodoro Sampaio. Aliás, entre os mapas e ilustrações presentes no livro, devem ser destacados os preciosos desenhos recuperados pelo autor, integrantes de cadernos com as anotações realizadas por Sampaio durante sua viagem de 1879 pelo vale do São Francisco.

Muitos desses esforços foram patrocinados pela ala progressista do Partido Conservador, no poder de 1868 a 1878 e de 1885 a meados de 1889, com destaque para os gabinetes abolicionistas do Visconde do Rio Branco e de João Alfredo Correa de Oliveira, e para a gestão deste último como presidente da Província (1885-1886). Ganha particular interesse, portanto, a relação estabelecida pelo autor entre Teodoro Sampaio e a família Prado, expoente do partido em São Paulo. Amigo de Eduardo Prado, assim como de Orville Derby, freqüentador do salão de Dona Veridiana, apoiado pelos conselheiros Antonio Prado e Rodrigues Alves quando de sua passagem pelo governo estadual, Sampaio surge como elemento ilustre da *entourage* política e intelectual desse setor esclarecido da elite – ala que, à exceção do monarquista Eduardo Prado, comandaria após o 15 de novembro uma das facções do Partido Republicano Paulista.

Juntamente com o capítulo final, essa passagem que trata das relações pessoais de Teodoro Sampaio torna-se então uma das mais instigantes do livro.

O autor resume as transformações ocorridas na província e no Estado a partir de 1880, a celebrada “segunda fundação” de São Paulo, salientando a questão da integração territorial e as primeiras intervenções urbanísticas e analisando interessante estudo do próprio Sampaio sobre o progresso paulista no século XIX. Em seguida, preocupa-se em apresentar um apanhado das diversas vertentes do pensamento urbanístico em pauta na virada do novecentos – cuidado justificado, provavelmente, pela necessidade de informar o leitor sobre o universo em que se inseria o ideário urbano presente em São Paulo. No entanto, esse capítulo acaba enveredando por informações pouco relacionadas ao tema do livro, na medida em que não há como explicitar maiores conexões entre, por exemplo, a obra dos socialistas utópicos e a atuação de Teodoro Sampaio em seu período paulista. Os paralelos com o planejamento corporativo norte-americano da *Gilded Age* e com o zoneamento alemão são um pouco forçados.

Por outro lado, a discussão de conceitos sanitaristas, como os das teorias mesológica e microbiana, e urbanísticos, como os de Camillo Sitte e das cidades-jardim, assume maior relevância. Faz falta, nesse sentido, uma melhor descrição e análise do projeto de Teodoro Sampaio para a Cidade Luz na Pituba, em Salvador (1921), mesmo não cabendo no recorte temporal e espacial do trabalho – uma vez que as passagens citadas do discurso de 1912 que trata (ainda que indiretamente) das concepções urbanísticas de Sampaio parecem inseri-lo de maneira decisiva na linhagem sitteana protagonizada naquele momento por Victor Freire, em São Paulo, e Saturnino de Brito, em Santos. Parecem também legitimar, nos termos de uma urbanística mais avançada, atenta ao pitoresco, à higiene e à topografia, o traçado não-retilíneo da Avenida Sete de Setembro, cuja abertura então se iniciava na capital baiana.

A partir daí o autor volta no tempo para tratar do período de atuação do engenheiro na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, entre 1886 e 1892. O projeto da comissão, acalentado por Rio Branco e João Alfredo, envolvia o levantamento da região oeste da província, ao sul do Rio Tietê, até

então terra ignota ocupada por índios belicosos. Pretendia-se com isso identificar áreas passíveis de exploração agropecuária ou mineral, e ao mesmo tempo estudar a possibilidade de estabelecer uma ligação fluvial com Mato Grosso pelo Rio Paranapanema, uma vez que o curso do Tietê era comprometido por saltos e corredeiras. Nos documentos recuperados por Maia Costa, Sampaio traça interessante paralelo entre essa empreitada e as expedições patrocinadas por potências imperialistas, inclusive Portugal, na África. Mas sua proposta de navegação pelo Paranapanema acabaria se mostrando inviável. Os trabalhos da comissão se concentrariam no mapeamento cartográfico do Estado, necessário às políticas de colonização associadas à extensão da rede ferroviária, a qual processaria, nas décadas seguintes, a ocupação planejada da Noroeste e da Alta Sorocabana.

O autor tem a perspicácia de salientar o outro lado desse projeto: a grilagem de terras devolutas e a especulação fundiária, denunciadas por Teodoro Sampaio no relatório de 1890 da comissão; sua sugestão de demarcar grandes áreas como reservas indígenas merece destaque. E mais: a pesquisa descobriu dois manuscritos trazendo proposta para implantar um “imposto territorial” em substituição ao imposto de exportação, como principal fonte das rendas estaduais na jovem República. Essa idéia revolucionária – que comparece, ainda que timidamente, entre as intenções do governo provisório paulista em 1891 – levaria ao parcelamento dos latifúndios, ao incremento da policultura e à criação de uma próspera classe de pequenos agricultores. Para isso, propõe-se um cadastro de terras. (Teria sido interessante, neste ponto, um paralelo com a campanha de Henry George no mesmo sentido, que teve grande impacto nos debates norte-americanos do final do século XIX.) Entretanto, verifica-se que Sampaio também trabalhou para o especulador “esclarecido” Domingos Jaguaribe, associado à política de implantação de núcleos coloniais, tendo elaborado parecer sobre suas fazendas no Paranapanema e em Campos do Jordão.

Emergem portanto, à medida que somos conduzidos pela trajetória profissional do engenheiro baiano em São Paulo, as diversas faces do programa modernizador paulista. A racionalidade buscada pelo técnico na exploração do território esbarra em

onipresentes interesses fundiários, inerentes à condição agrária do País; as metas científicas da comissão, assim como os sonhos mais grandiosos de integração territorial, são preteridos por objetivos econômicos imediatos. Desilusão que, no caso de Orville Derby, culminaria com seu suicídio em 1915.

Maia Costa nos apresenta então um Teodoro Sampaio dividido, às voltas com uma elite modernizante que, se de um lado lhe proporciona importantes oportunidades profissionais, de outro exige concessões que, em última instância, inviabilizariam sua permanência em São Paulo. Tal impasse seria evidenciado por ocasião de sua passagem pelo setor de saneamento do Estado, entre 1890 e 1903.

Ao longo do livro impõe-se, como fio condutor entre os inúmeros aspectos e episódios abordados, os escritos do próprio Sampaio, que se multiplicam por vários assuntos e iluminam, a partir de um ponto de vista privilegiado, a efervescência dos debates em torno da modernização do ambiente material paulista na virada do século. O tema do saneamento não constitui exceção. Na medida em que, para atrair imigração e investimentos, e viabilizar a continuidade da expansão econômica baseada no café, era preciso controlar a precária situação sanitária do País, debelando surtos recorrentes de febre amarela, varíola, cólera e peste, e que, conseqüentemente, um ambiente salubre tornava-se a grande vantagem competitiva na época, o Governo do Estado priorizou, após 1889, agressivas políticas sanitárias, voltadas ao disciplinamento, adequação e infra-estruturação do espaço urbano.

Os melhores engenheiros, consultores e técnicos foram empregados com tal propósito, entre eles Teodoro Sampaio, que participou da Comissão de Saneamento e chefiou, sucessivamente, o Serviço Estadual de Água e Esgotos, a Repartição de Água e Esgotos da capital e a Repartição de Água e Esgotos do Estado, inicialmente no âmbito da Superintendência de Obras da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (dirigida por Paula Sousa), posteriormente vinculada diretamente ao secretário. Vemos que, por mais de dez anos, Sampaio trabalhou na constituição do Serviço Sanitário; nos projetos para a canalização dos rios Tietê e Tamanduaté e para aproveitamento da Várzea do Carmo; na cons-

trução do Desinfectório Geral do Bom Retiro; no Hospital de Isolamento; e no abastecimento de água, após a encampação da Companhia Cantareira, o que também implicava a administração do Tramway (linha férrea que ligava a área central à serra da Cantareira, usada também como meio de transporte para os subúrbios da Zona Norte). Tais projetos nos são apresentados, não em ordem cronológica ou temática, mas por meio de sua relação com os escritos de Teodoro Sampaio analisados em detalhe pelo autor. Essa opção torna por vezes um pouco confusa a reconstituição de uma trajetória já de si bastante intrincada.

Verificamos que, quando da unificação das repartições de saneamento da capital e do restante do Estado, entre 1898 e 1899, o engenheiro baiano tornou-se diretor da RAE, que reuniu essas atribuições. Vale dizer que tal ascensão ocorreu no exato momento em que se reordenava a estrutura administrativa municipal e Antonio Prado era escolhido como primeiro prefeito de São Paulo. Uma série de indícios colhidos pelo autor revela a proximidade entre Sampaio e Prado. A posse de Rodrigues Alves como presidente do Estado, em 1900, fortalece ainda mais esse grupo, e foi então que Teodoro Sampaio se viu às voltas com a maior empreitada do sanitário paulista sob a República Velha: o saneamento de Santos.

O último capítulo é dedicado justamente aos episódios, até agora pouco conhecidos, em torno dos primeiros projetos – e contratos – para o esgotamento sanitário e planejamento da expansão urbana em Santos, antes desses trabalhos serem assumidos por Saturnino de Brito em 1905. Vale a pena destacarmos essa passagem, uma vez que se trata de retrato inédito do funcionamento da máquina político-administrativa da República Velha, com seus conflitos, facções, formas de pressão e interesses escusos.

Surgem no livro, desde a perspectiva privilegiada de um dos principais protagonistas dessa discussão, os traços inconfundíveis daquilo que poderia ter sido um dos maiores escândalos da época. Com efeito, embora já existisse um projeto cuidadosamente elaborado anos antes pelo engenheiro norte-americano Esteban Fuertes, prevendo o sistema separador completo, e ainda

estudos semelhantes de Saturnino de Brito, na concorrência aberta em 1901 para os esgotos de Santos surgiu uma proposta diversa, para um sistema separador parcial baseado em grandes coletores de cimento armado – a qual, a despeito de seu enorme custo, era apoiada por influentes grupos de interesse nas esferas estadual e local.

Assinada por três lentes da Escola Politécnica – José Brandt de Carvalho, Augusto Carlos da Silva Telles (depois vereador, pioneiro nas discussões sobre a transformação do Vale do Anhangabaú em parque) e João Pereira Ferraz (um dos principais protagonistas do setor de saneamento paulista) –, a proposta, apesar de recomendada com apreço pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, seria rejeitada por Teodoro Sampaio, uma vez que seus autores recusaram-se a fazer alterações que a aproximassem do projeto Fuertes e reduzissem seu custo. Depreende-se do texto a preocupação de Sampaio com a racionalidade e o interesse público, e as pressões que teve de enfrentar.

Nesse sentido, o trecho de seu diário reconstituindo todo o episódio, transcrito por Maia Costa, pode ser considerado um dos depoimentos mais reveladores já publicados sobre o corrupto jogo político republicano. Segundo Sampaio, o projeto Brandt, Ferraz e Telles era patrocinado por Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, senador perrepeista ligado à Companhia Mecânica e Importadora, interessada em vender sua tecnologia de moldagem de manilhas gigantes em concreto armado e em participar daquele que seria um dos maiores contratos de obras públicas do País; além disso contava com o apoio da City Improvements, concessionária do abastecimento de água em Santos, do Banco União e da firma Gafrée e Guinle, proprietária da Companhia Docas.

Aprendemos que, apoiado por Rodrigues Alves e pelo secretário da Agricultura, Cândido Rodrigues, Sampaio conseguiu derrubar a proposta, apenas para ver-se desautorizado quando, em 1902, tomou posse o novo presidente do Estado, Bernardino de Campos. Este logo tirou o caso de sua esfera de atribuições, criando uma Comissão de Saneamento de Santos independente da RAE, a qual, chefiada por José Rebouças, iria construir o coletor gigante em concreto armado. Ao mesmo tempo, Brandt,

Ferraz e Telles processavam o governo exigindo indenização de mais de três mil contos por conta do projeto recusado... No ano seguinte, atingido por uma série de intrigas identificadas como vingança do grupo de Albuquerque Lins, Sampaio se viu obrigado a pedir demissão da chefia da Repartição Estadual de Água e Esgotos.

Na narrativa surgem ainda nomes como os de Ramos de Azevedo, seu genro Ernesto Dias de Castro, Lacerda Franco, Campos Salles, Mello Peixoto, Jorge Tibiriçá e outras tantas figuras ilustres da República Velha, reveladas nos escusos bastidores do poder. O livro encerra-se, portanto, com esse desfecho ao mesmo tempo indignado e melancólico: depois de quase duas décadas a serviço da oligarquia paulista,

envolvido de maneira decisiva em inúmeros aspectos de seu programa modernizador, Teodoro Sampaio, por sua integridade pessoal, acabou desiludido e afastado. Retornando à Bahia, viveria ali nova trajetória de grandes projetos e grandes frustrações. Talvez um dos maiores méritos do trabalho de Maia Costa seja o de trazer à tona, por meio dessa figura ímpar, as contradições presentes nas relações entre racionalidade técnica e o universo político e econômico no qual se processam as intervenções efetivas sobre o espaço. Enredado nos meandros da política oligárquica, o técnico e cientista se deparou, inevitavelmente, com os limites inerentes à modernização brasileira, que pretendia se beneficiar dos avanços do século sem romper com as estruturas vigentes de dominação e exploração.